



# Anais da Assembléia

Nº 99

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1976

ANO II

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 148.<sup>o</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1976.

### QUINTA FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e David Federmann.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Werner Wanderer (29); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino, Adalberto Daros, Antônio Facci, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Ernesto Gnoato, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes. (25).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 89/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 51/76, mensagem número 155/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Sertãoópolis, objetivando execução de reparos nos prédios do Ginásio Estadual Monteiro Lobato e da Casa Escolar Antonia Fernandes na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 149.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1976.

### QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Werner Wanderer (29); achando-se ausentes os Senhores Deputados Fidelcino Tolentino, Adalberto Daros, Antônio Facci, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Ernesto Gnoato, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes (25).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIO:

Sob o número 167/76, do Senhor Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná, cujo teor transmite os mais escolhidos cumprimentos aos nobres parlamentares deste Poder, que aprovarem a louvável iniciativa consubstanciada no requerimento do Senhor Deputado Deni Lineu Schwartz, no sentido de que esta Casa constitua comissão de três (3) membros para gestionar junto ao Ministério dos Transportes, no sentido de que o Paraná veja iniciados os trabalhos da construção da ferrovia entre Guarapuava e Foz do Iguaçu.— AO CONHECIMENTO DA CASA.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No uso de minhas atribuições, requeiro à MESA, após aprovação do Plenário, seja enviado ofício ao Bacharel Levy Lima Lopes, digno Diretor da Polícia Civil do Estado, no sentido de que o mesmo providencie a substituição da viatura policial à disposição da polícia de Terra Rica.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

### JUSTIFICATIVA:

A Delegacia de Polícia de Terra Rica encontra-se impossibilitada de cumprir suas finalidades.

Não dispõe, praticamente, de meio de locomoção para efetivação de diligências, em defesa da Lei e da Segurança dos quase 25 mil habitantes do município de Terra Rica.

Isto porque, o único veículo à disposição daquela Delegacia, um utilitário tipo Jeep, ainda do ano de fabricação de 1973, já conta com mais de 85 mil quilômetros rodados, sem que nele fosse substituído uma sequer de suas peças ou partes originais.

Urge, portanto, que a Chefia da Polícia Civil, de nossa

Secretaria de Segurança e, através do FUNRESPOL, viabilize com urgência, os recursos, as providências, para substituição do veículo já descrito, o que dará maior tranquilidade à família terra-riquense.

O problema que ora abordamos vem de nível da Câmara dos ilustres edis daquela municipalidade, tendo o atento vereador Hélio Real, reclamado a atenção de nossas autoridades para o assunto que hoje expomos e para o qual esperamos imediatas atenções por parte das autoridades às quais apelamos.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

(Lendo): “Realizar-se-á nos dias 9 a 11 de setembro do corrente, em nossa Capital o quarto Congresso Brasileiro de Apicultura, sobre o que nos referiremos, neste momento, nesta tribuna, pela importância do evento, para o intercâmbio e aprimoramento, troca de idéias, técnicas de cultura e manejo. A apicultura que, embora com alguma tradição, inclusive em nosso Estado, é desconhecida da grande maioria do povo, está necessitando de maior difusão.

É oportuno este conclave que reunirá representantes de muitos Estados brasileiros, inclusive participantes da Argentina e Estados Unidos.

Organizado com seriedade, o que pudemos constatar pelo programa recebido da Associação Paranaense de Apicultores, onde devemos ressaltar o trabalho do Engenheiro Agrônomo Paulo Gustavo Sommer, Presidente da Associação que obtendo o apoio da Secretaria da Agricultura, através da ACARPA, da Secretaria de Educação e Cultura que cedeu as dependências da CETEPAR, onde se realizará o conclave da FEAP, FETAEP. Universidade Federal do Paraná, Confederação Brasileira de Apicultura, Associação das Cooperativas de Apicultores, INCRA e demais órgãos e associações ligadas à apicultura, dando seu apoio torna possível a sua realização.

Como já dissemos o programa encerra aspectos de real interesse, como debate sobre o primeiro plano nacional de apicultura, elaborado pelo Ministério da Agricultura e planos estaduais, questões teórico-práticas sobre biologia e patologia apícola, além de exposição de materiais, implementos e produtos

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trouxemos este assunto a esta tribuna, pelos números que se nos apresentam e a necessidade de divulgação e programações educativas para um maior incremento desta atividade. Embora o Paraná seja um dos pioneiros no manejo da abelha africanizada, nossa produção real é de duas mil toneladas, quando a capacidade potencial é de no mínimo quinze mil toneladas.

A apicultura precisa de maior difusão, não só no Paraná, mas em todo o País, pois o único Estado exportador é Pernambuco com cinco mil toneladas anuais.

Ciente disso, queremos que fique registrado nos Anais desta Casa, o nosso voto de louvor, e cremos, de todos os Senhores Deputados, à Associação Paranaense de Apicultores pela iniciativa da organização do 4.º Congresso Brasileiro de Apicultura, que merece nosso apoio.”

Era só isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Em face de requerimento aprovado na sessão de anteontem, nesta Assembléia, não há Grande Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados, que logo após

o término da sessão, será proferida palestra pelo Historiador e Jornalista Mathias Júnior, a respeito do problema de fronteira Paraná-São Paulo, no Pequeno Auditório desta Assembléia Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 81/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 07/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Barra do Jacaré, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar PIO XII, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 83/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 17/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Diamante do Norte, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Remo Mazzi, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 84/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 25/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Jaguapitã, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 85/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 28/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Mandaguari, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 86/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 44/76, mensagem número 154/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 87/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 47/76, mensagem número 154/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de São João do Ivaí, objetivando execução de reparos nos prédios dos estabelecimentos de ensino que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 88/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 49/76, mensagem 154/75, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Se-

cretaria da Administração com o Município de Uraí, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Normal Colegial Coelho Neto e a Delegacia de Polícia, na sede daquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade — Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 90/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 61/76, Mensagem 03/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Quatiguá, objetivando execução de reparos em diversos prédios de estabelecimentos de ensino na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 90/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de Quatiguá, objetivando a execução de melhorias nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Pedro Gonçalves Lopes" e o Grupo Escolar "Silvio Zanini", na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 61/76

Acompanhado da mensagem Governamental 03/76, de 22 de janeiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 07 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de Quatiguá, objetivando a execução de melhorias nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Pedro Gonçalves Lopes" e o Grupo Escolar "Silvio Zanini", na sede do referido Município.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 91/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 63/76, mensagem 05/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Assis Chateaubriand, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 91/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 03 de dezembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e Secretaria do Interior, com o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 63/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 05/76, de 22 de janeiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 03 de dezembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria do Interior com o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 92/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 65/76, mensagem 07/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria de Saúde Pública e Bem Estar Social e a Secretaria do Interior com o Município de Capitão Leônidas Marques, objetivando construção de prédio destinado à Unidade Sanitária da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 92/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 09 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o Município de Capitão Leônidas Marques, objetivando a construção de prédio destinado a Unidade Sanitária da Sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 65/76

Acompanhado de mensagem governamental 07/76, de 22 de janeiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 09 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, e da Secretaria do Interior, com o Município de Capitão Leônidas Marques, objetivando a construção de prédio destinado a Unidade Sanitária, na sede do referido Município.

Cumprido o Sr. Governador desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente;  
Adalberto Daros, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 93/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 67/76, mensagem 09/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Tamboara, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 93/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 21 de outubro de 1975, ao Convênio celebrado em 25 de novembro de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Tamboara, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO 67/76**

Acompanhado de Mensagem Governamental 09/76, de 22 de janeiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo Aditivo datado de 21 de outubro de 1975, ao Convênio celebrado em 25 de novembro de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Tamboara, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Cumpr o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os Convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria por isso, nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 95/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 79/76, mensagem 25/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de Jataizinho, objetivando ampliação do prédio do Grupo Escolar “Joana H. M. Borba”, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 95/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 16 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de Jataizinho, objetivando a ampliação do prédio do Grupo Escolar “Joana H. M. Borba”, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 79/76**

Acompanhado de Mensagem Governamental 25/76, de 09 de fevereiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 16 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de Jataizinho, objetivando a ampliação do prédio do Grupo Escolar “Joana H.M. Borba” da sede do referido Município.

Cumpr o Sr. Governador desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 96/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 110/76, mensagem 33/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de São Mateus do Sul, objetivando execução de melhorias no prédio do Ginásio Estadual “Duque de Caxias”, da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 96/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de São Mateus do Sul, objetivando a execução de melhorias no prédio do Ginásio Estadual “Duque de Caxias”, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO 110/76**

Acompanhado da Mensagem Governamental número 33/76, de 08 de março de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o município de SÃO MATEUS DO SUL, objetivando a execução de melhorias no prédio do Ginásio Estadual “Duque de Caxias”, na sede do referido município.

Cumpr o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor da Polícia Civil do Estado, no sentido de que o mesmo providencie a substituição da viatura policial à disposição da

polícia de Terra Rica. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que através de órgão competente, designe Comissão Técnica para levantamento dos materiais na construção do prédio destinado ao ginásio de Abatiá. — Em votação. O SR. ALFREDO GULIN — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Deferido.

(É procedida a verificação).

Não há quorum para votação, nem para o prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, às 10,00 horas com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

## DECRETOS LEGISLATIVOS:

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 548/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3619, de 06 de maio de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, nos termos do Art. 171, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a JORGE MATHIAS JÚNIOR, matrícula número 072, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 01 de fevereiro de 1976, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 549/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6787, de 03 de agosto de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E :

I — retificar o Ato número 71, de 11 de dezembro de 1958, para declarar que o tempo compreendido entre 01 de agosto de 1953 e 27 de outubro de 1958, em que MARIA JOSÉ TÁVORA GIL BELÉM, matrícula número 250, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, prestou serviços a esta Casa, na qualidade de contratada, é de cinco (05) anos, dois (02) meses e vinte (20) dias, e não como consta naquele ato; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 01 de novembro de 1974, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 550/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6210, de 09 de julho de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de BERTOLDO SCHWABACH, matrícula número 306, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 07 de janeiro de 1963 e 07 de novembro de 1972, antecipado em razão das férias relativas ao ano de 1968, contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 07 de julho de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 551/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6363, de 15 de julho de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E :

I — retificar o Ato número 119, de 03 de julho de 1951, para declarar que o tempo contado pelo mesmo, em que PLÁCIDO CORDEIRO DE PAULA, matrícula número 254, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, prestou serviços à Casa na qualidade de contratado, é de um (01) ano, dez (10) meses e vinte e oito (28) dias e está compreendido entre 01 de março de 1949 e 29 de janeiro de 1951, e não como consta naquele Ato;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 01 de março de 1969, e 01 de janeiro de 1974; antecipado em razão das férias relativas ao ano de 1972, contadas em dobro; e,

III — conceder o adicional de cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 13 de fevereiro de 1976, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 552/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribui-

ções e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4667, de 28 de maio de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, em favor de RICARDO SABOIA KHURY, matrícula número 107, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os seguintes tempos de serviço público, para todos os efeitos legais: I — dois (02) meses, nos termos do Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, relativos ao dobro das férias referentes ao ano de 1975, que deixou de gozar.

II — seis (06) meses, nos termos do Art. 247, parágrafo único, combinado com o Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, relativos ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções, no quinquênio vencido em 01 de janeiro de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 553/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5938, de 30 de junho de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR, matrícula número 102, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 24 de janeiro de 1971 e 24 de maio de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1970, 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23/08/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 554/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5942, de 30 de junho de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a MUSSA JOSÉ ASSIS, matrícula número 599, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, seis (06) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 30 de janeiro de 1962 e igual data de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24/08/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 555/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribui-

ções e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4822, de 02 de junho de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

I — retificar o Decreto Legislativo número 789, de 21 de dezembro de 1973, para declarar que o tempo contado pelo mesmo em favor de WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO, matrícula número 036, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de onze (11) meses e dez (10) dias, compreendido entre 14 de maio de 1951 e 24 de abril de 1952, é contado para todos os efeitos legais e não como consta naquele ato;

II — retificar o Decreto Legislativo número 321, de 04 de maio de 1976, para declarar que o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, concedidos pelo mesmo, é a partir de 21 de agosto de 1974, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato; e,

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio compreendido entre 01 de agosto de 1971 e 01 de junho de 1975, antecipado em razão da incorporação referente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25/08/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 556/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6018, de 02 de julho de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder, a IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO, matrícula número 207, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 07 de maio de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25/08/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

**PORTARIAS:**

**PORTARIA Nº 479/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7216, de 16 de agosto de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar, ANTÔNIA APARECIDA ZANUSSO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei número



6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 01 de agosto de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 480/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7216, de 16 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria número 139/75, de 25 de março de 1975, que designou o funcionário MANOEL MARTINS DE CASTRO, matrícula número 315, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da “ARENA”, junto ao Gabinete do Deputado BASÍLIO ZANUSSO; e, II — lotar o funcionário acima citado, no Departamento Administrativo, para prestar serviços na Divisão de Patrimônio.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 481/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7389, de 19 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, à funcionária CLARICE FROIS DE MIRANDA, matrícula número 547, ocupante do cargo de nível PL “19”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 482/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7519, de 23 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, à funcionária IGLAIR SMANIOTTO, matrícula número 298, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1976

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 483/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de

suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7500, de 23 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA, matrícula número 477, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1976, a partir de 01 de setembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 484/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7446, de 20 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a JOSÉ ANTÔNIO MAINGUE, matrícula número 368, ocupante do cargo de nível PL “27”, da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 09 de setembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 485/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar a Portaria número 57/75, de 12 de março de 1975, na parte que se refere ao funcionário AMAURY DE OLIVEIRA E SILVA JÚNIOR, ora à disposição deste Poder, a partir de 20 de agosto de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 486/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7527, de 23 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir as férias concedidas pela Portaria número 02/76, de 05 de janeiro de 1976, ao funcionário TADEU LUKA, Contratado deste Poder Legislativo, para o período compreendido entre 01 a 30 de novembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1976

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**8ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões desta Casa, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Dep. Accioly Neto, e presentes os Srs. Deputados: Adalberto Daros, Dácio Leonel, Enéas Faria, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Luiz Roberto Soares e Werner Wanderer, bem como o Sr. Assessor, Dr. Laertes Luiz Foggiao. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, sendo aprovada a Ata da 14ª Sessão ordinária. Constataram da HORA DO EXPEDIENTE, os seguintes processos. 1) PROJETO DE LEI 76/76, do Dep. Nelson Buffara. Denomina Grupo Escolar Profa. Lourdes Morozowski, o Grupo Estadual do Jardim Eldorado de Paranaguá. Distribuído ao Dep. Ivan Rüppel, em 02.08.76. 2) PROJETO DE LEI 77/76, do Dep. Valter Pietrângelo. Inclui no Plano Rodoviário Estadual a rodovia que liga os Mun. de Planaltina e Santa Izabel do Ivaí. Distribuído ao Dep. Dácio Leonel em 02.08.76. 3) PROJETO DE LEI 78/76, do Dep. Luiz Gabriel Sampaio. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maringá, Distribuído ao Dep. Adalberto Daros, em 02.08.76. 4) PROJETO DE LEI 79/76, do Dep. Ivan Rüppel e Ernesto Gnoato. Dá novas divisas ao Mun. de Francisco Alves, como especifica, Distribuído ao Dep. Luiz Roberto Soares, em 02.08.76. 5) PROPOSIÇÃO 206/76, do P. Executivo. Veto ao Projeto de Lei 07/76, dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Distribuído ao Dep. Nilso Sguarezi, em 02.08.76. 6) PROPOSIÇÃO 207/76, do P. Executivo. Veto ao Projeto de Lei 18/76, do Dep. Accioly Neto. Distribuído ao Dep. Deni Schwartz, em 02.08.76. 7) PROJETO DE LEI 80/76, do Dep. Werner Wanderer. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Ginásio Estadual de Mal. Cândido Rondon, Distribuído ao Dep. Deni Schwartz, em 03.08.76. 8) PROJETO DE LEI 81/76, do Dep. Ivo Thomazoni. Declara de utilidade pública a Associação de Promoção Integral e Comunitária de Capanema. Distribuído ao Dep. Ivan Rüppel, em 03.08.76. 9) PROJETO DE LEI 82/76, do P. Executivo. Mensagem 89/76, visando doar ao Mun. de Londrina, área de terras que especifica. Distribuído ao Dep. Dácio Leonel, em 03.08.76. 10) PROPOSIÇÕES 208/76 a 331/76, oriundas de Mensagens do Poder Executivo, referentes a Convênios celebrados com diversos Municípios para os fins que especifica. Foram distribuídos aos relatores da Comissão, conforme sorteio, em 05 do corrente. A seguir passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: 1) PROJETO DE LEI 71/76, do Dep. Luiz Carlos Zuk. Declara de utilidade pública o Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa. Relator Dep. Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 2) PROJETO DE LEI 75/76, do Dep. Ivo Thomazoni. Denomina Cel. Fabriciano do Rego Barros, o Quartel Central do Corpo de Bombeiros do Paraná. Relator Dep. Accioly Neto. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI 77/76, do Dep. Valter Pietrângelo. Autoriza o Poder Executivo incluir no Plano Rodoviário Estadual, para fins de conservação e melhorias, a rodovia que liga os Municípios de Planaltina e Santa Izabel do Ivaí. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI 82/76, do Poder Executivo. Mensagem 89/76, encaminhando anteprojeto de lei que visa doar ao Mun. de Londrina, área de terras que especifica, no Jardim Bandeirantes, havida pelo Estado conforme transcrição do Registro de Imóveis do Primeiro Ofício da Comarca. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5) PROPOSIÇÃO 201/76, do Poder Executivo. Ofício encaminhando veto aposto ao Projeto de Lei 149/75, do Dep. Valter Pietrângelo. Declara de utilidade pública todas as áreas do território paranaense co-

bertas por matas virgens, e dá outras providências. Relator Dep. Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Voto vencido do Dep. Enéas Faria. 6) PROPOSIÇÃO 193/76, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Realeza, para fins que especifica. Relator Dep. Lineu Turra. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 7) PROPOSIÇÃO 208/76, do Poder Executivo. Mensagem 60/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Mun. de Bela Vista do Paraíso, para controle da erosão urbana. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. APROVADO. 8) PROPOSIÇÃO 209/76, do Poder Executivo. Mensagem 61/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Mun. de Palmital, para construção de prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Relator: Dep. Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 9) PROPOSIÇÃO 213/76, do Poder Executivo. Mensagem 65/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Mun. de Alto Piquiri, para combate à erosão urbana. Relator Dep. Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 10) PROPOSIÇÃO 214/76, do P. Executivo. Mensagem 66/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o G. do Estado e o Mun. de Teneiras do Oeste, para combate à erosão. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL, com Proj. de Resolução. Aprovado. 11) PROPOSIÇÃO 219/76, do P. Executivo. Mensagem 70/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o G. do Estado e o Mun. de Antônio Olinto, para equipar a Delegacia de Polícia. Relator Dep. Lineu Turra. Parecer FAVORÁVEL com Proj. de Resolução. APROVADO. 12) PROPOSIÇÃO 221/76, do P. Executivo. Mensagem 70/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Mun. de Teneiras do Oeste, para equipar a Delegacia de Polícia. Relator Dep. Lineu Turra. Parecer FAVORÁVEL com Proj. de Resolução. Aprovado. 13) PROPOSIÇÃO 229/76, do P. Executivo. Mensagem 68/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o G. do Estado e o Mun. de Cascavel, para reparos em prédios que especifica. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Proj. de Resolução. Aprovado. 14) PROPOSIÇÃO 246/76, do P. Executivo. Mensagem 68/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o G. do Estado e o Mun. de Reserva, para reparos nas Escolas que especifica. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Proj. de Resolução. Aprovado. 15) PROPOSIÇÃO 261/76, do P. Executivo. Mensagem 68/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o G. do Estado e o Mun. de Bituruna, para reparos no G. Escolar Dr. Oscar Gaeyr. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Proj. de Resolução. Aprovado. 16) PROPOSIÇÃO 270/76, do P. Executivo. Mensagem 68/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o G. do Estado e o Mun. de Ibiporã, para reparos na Delegacia de Polícia e Unidade Sanitária. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Proj. de Resolução. Aprovado. 17) PROPOSIÇÃO 275/76, do P. Executivo. Mensagem 68/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o G. do Estado e o Mun. de Londrina, para reparos no Ginásio Estadual Antônio Moraes de Barros. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Proj. de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual, para produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente  
 Rita Celestino Soares – Secretária